

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) E DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) NA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS E DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS – CPI FUNAI e INCRA 2

REQUERIMENTO Nº DE 2016
(Do Sr. Patrus Ananias e outros)

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de convite a Sra. Maria Petronila Neto, Coordenadora da Comissão Pastoral da Terra, Regional Rondônia.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 3º da Constituição Federal, e na forma prevista pelo art. 36, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que ouvido o plenário desta Comissão o convite a Sra. Maria Petronila Neto, Coordenadora da Comissão Pastoral da Terra, Regional Rondônia, para comparecer em sessão nesta comissão.

JUSTIFICAÇÃO

O Estado de Rondônia tem despontado nos últimos anos no aumento de mortes em conflitos agrários, conforme apresenta a reportagem publicada na imprensa.

<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2016/04/conflitos-no-campo-mataram-20-em-2015-no-estado-de-ro segundo-cpt.html>

15/04/2016 22h57 - Atualizado em 15/04/2016 22h57

Conflitos no campo mataram 20 em 2015 no estado de RO, segundo CPT

Em toda a região Norte do Brasil foram registrados 40 assassinatos.

Número de mortes é 39% maior que o registrado no ano de 2014.

Toni Francis

Luta por terra ainda lidera causa de mortes em conflitos no campo, segundo a CPT

Vinte pessoas foram assassinadas no ano passado, em Rondônia, por envolvimento em algum tipo de conflito no campo, segundo dados divulgados nesta sexta-feira (15) pela Secretaria Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O número representa metade dos assassinatos que foram registrados ao longo de 2015 em toda a região Norte do Brasil.

Em nota, com o título 'Assassinatos no campo explodem em 2015', a Secretaria Nacional da CPT afirmou que 2015 foi o ano em que mais se matou no campo. Foram 50 assassinatos em todo o país, o índice mais elevado desde 2004 e 39% superior ao registrado em 2014, quando a CPT registrou 36 homicídios.

Dos crimes ocorridos na região Norte, 19 foram no Pará, 20 em Rondônia e um no Amazonas. Se for considerada a Amazônia Legal, que incorpora parte do Maranhão e do Mato Grosso, o número de mortes aumenta para 47. De acordo com a assessoria da CPT, seis trabalhadores foram assassinados no Maranhão e um no Mato Grosso.

Na Amazônia, além dos homicídios, a CPT registra tentativas de assassinato, ameaças de morte, prisão de camponeses, agressões físicas e conflitos por terra. Segundo o balanço geral, foram 30 tentativas de homicídios das 59 registradas no país. Das 144 ameaças, 93 foram na Amazônia Legal. Das 80 prisões em nível nacional, 66 foram na região amazônica. Das prisões, 66 dos 80 camponeses presos são da região.

Um dado destacado com preocupação está relacionado aos conflitos por terra, são 529 na região Amazônica, destes 83 são em terras rondonienses. Rondônia também aparece no ranking de famílias despejadas, 694 casos dos 866 registrados na Amazônia pela CPT.

Causa dos conflitos

Embora haja campanhas e mobilizações pela pacificação do campo, a CPT não vê melhora no quadro atribuí à maior valorização da terra o acirramento dos conflitos no campo. Os números deixam claro que a Amazônia continua sendo uma das novas fronteiras para o capital. O agronegócio, sobretudo com a expansão da soja e da pecuária para a região, aliado à mineração e à extração madeireira exigem do poder público a infraestrutura necessária para garantir seus vultuosos lucros. Constroem-se hidrelétricas e seus linhões, portos e aeroportos, planejam-se hidrovias e se abrem e asfaltam estradas. Tudo leva à valorização das terras. Está pronto o caldo para o aumento e o acirramento dos conflitos.

Outro fator que, segundo a CPT, explica a violência concentrada na Amazônia é a não regularização fundiária. Grande parte dos conflitos em 2015, tanto no Pará quanto em

Rondônia, aconteceu em áreas cujos Contratos de Alienação de Terras Públicas (CATPs) foram anulados. Áreas estas que, pela legislação, deviam ter sido destinadas à Reforma Agrária, mas que acabam nas mãos de grileiros.

A solicitação da participação da representante da CPT de Rondônia irá contribuir na investigação da CPI neste caso em que famílias assentadas foram expulsas de seus lotes. Para tanto solicitamos o apoio aos nobres Deputados para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em 11 de novembro de 2016.

PATRUS ANANIAS
Deputado Federal – PT/MG

NILTON TATTO
Deputado Federal – PT/SP

PAULÃO
Deputado federal – PT/AL

ÉRIKA KOKAY
Deputado Federal – PT/DF

MARCON
Deputado Federal – PT/RS

VALMIR ASSUNÇÃO
Deputado Federal – PT/BA